



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Débito e Multa

PROCESSO: 1.058.521
NATUREZA: REPRESENTAÇÃO **EXERCÍCIO:** 2018
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS
DECISÃO: PRIMEIRA CÂMARA de 11/05/2021 (fls. 1/11 da peça 22 **PUBLICAÇÃO:** DOC de 10/06/2021 (peça 23)
TRÂNSITO EM JULGADO: 26/11/2021 (peça 47)
RESPONSÁVEL: GILSON JACINTO DE BARROS **CPF:** 028.710.056-13

Valor histórico: R\$1.546,45.

Data da juntada do comprovante de intimação: 10/03/2022

Data limite para comprovação do pagamento da restituição: 11/04/2022

Data de início de juros: 25/01/2022

Valor total pago: R\$2.474,28

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO/ATUALIZAÇÃO E CÁLCULO DE JUROS

Pagamento	Valor Intimado/Saldo Remanescente	Data do Pagamento	Folhas do Comprovante de Pagamento	Tabela Vigente na Data do Pagamento	Índice de Correção (1)	Valor Devido na Data do Pagamento Corrigido	% Juros entre Intimação / Saldo Remanescente e Data do Pagamento	Valor dos Juros (2)	Valor Devido na Data do Pagamento Corrigido Atualizado com Juros	Valor Pago	Saldo Remanescente (3)
1	R\$2.386,10	18/01/2022	4 e 5 da peça	13/01/2022	1,0000000	R\$2.386,10	0 %	R\$0,00	R\$2.386,10	R\$477,22	R\$1.908,88
2	R\$1.908,88	19/04/2022	peça 76	11/04/2022	1,0341537	R\$1.974,08	0 %	R\$0,00	R\$1.974,08	R\$493,52	R\$1.480,56
3	R\$1.480,56	19/05/2022	peça 79	12/05/2022	1,0104000	R\$1.495,96	0 %	R\$0,00	R\$1.495,96	R\$498,65	R\$997,31
4	R\$997,31	28/06/2022	peça 82	09/06/2022	1,0045000	R\$1.001,80	0 %	R\$0,00	R\$1.001,80	R\$500,89	R\$500,91
5	R\$500,91	20/07/2022	peça 82	11/07/2022	1,0062000	R\$504,02	0 %	R\$0,00	R\$504,02	R\$504,00	R\$0,02

(1) Para a primeira parcela, o valor constante em “Valor Intimado/Saldo Remanescente” foi atualizado pela Tabela da Corregedoria de Justiça vigente na data do pagamento, com índices correspondentes à 01/2022 (mês da Tabela da Corregedoria de Justiça utilizada para cálculo dos valores da última cobrança de intimação), quando o pagamento tiver sido efetuado após 30 dias da juntada do comprovante de intimação ou mesmo se efetuado dentro dos 30 dias da juntada do comprovante de intimação, houver saldo remanescente ao final do último pagamento, que não seja passível de quitação nos termos do artigo 17 da Resolução nº13/2013. Para as parcelas subsequentes, os valores foram atualizados pela Tabela da Corregedoria de Justiça vigente na data de cada pagamento, com índices correspondentes ao mês/ano da Tabela da Corregedoria utilizada para atualização do pagamento imediatamente anterior.

(3) O “Saldo Remanescente” foi apurado pela diferença entre os valores das colunas “Valor Devido na Data do Pagamento Corrigido e acrescido de juros” e “Valor Pago”.

Técnico Responsável: MARIA DE FÁTIMA DIAS, TC 00804-1.